

REGULAMENTO
ELEITORAL

ANDAR

Associação Nacional de Doentes com Artrite Reumatóide

Artigo 1º - Capacidade Eleitoral

1. É direito dos associados efectivos elegerem e serem eleitos para os cargos dos Órgãos Sociais.
2. O exercício deste direito está condicionado a terem decorrido cento e oitenta dias após a data de admissão ou de readmissão e não se encontrar em dívida qualquer quota.
3. Um caderno eleitoral com a lista dos associados efectivos estará à disposição para consulta de todos os associados durante os quarenta e cinco dias anteriores à data marcada do acto eleitoral e por ocasião do próprio acto.

Artigo 2º - Duração dos mandatos e periodicidade dos actos eleitorais

1. O mandato dos membros eleitos dos Órgãos Sociais tem a duração de três anos com início na data da tomada de posse.
2. A eleição dos membros dos Órgãos Sociais deve ocorrer trienalmente, Assembleia Geral Ordinária, de preferência num dia que recaia dentro do período entre Novembro e Dezembro para os mandatos a começar no início do ano seguinte.

Artigo 3º - Limitações de recandidaturas e incompatibilidades

1. Nenhum associado pode ser eleito para o mesmo cargo por mais de dois mandatos sucessivos, salvo se a Assembleia Geral reconhecer por maioria qualificada de dois terços dos votos expressos a impossibilidade ou inconveniência da substituição.
2. Não podem pertencer ao mesmo Órgão Social ou simultaneamente à Direcção e ao Conselho Fiscal cônjuges, ascendentes ou descendentes e pessoas legalmente equiparáveis.

Artigo 4º - Tramitação do processo eleitoral

1. A abertura do processo eleitoral é comunicada aos associados pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral ou quem o substitua na sua falta ou impedimentos, com a antecedência mínima de quarenta e cinco dias de calendário sobre a data prevista para a realização do acto eleitoral.
2. A apresentação de candidaturas deve ser feita por comunicação escrita dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, até trinta dias antes da data prevista para a realização do acto eleitoral.
3. As candidaturas devem abranger a totalidade dos cargos sociais e ser acompanhadas de declarações escritas de anuência à apresentação do seu nome por parte dos respectivos candidatos, bem como por resumos das linhas programáticas da lista que não deverão exceder duas páginas A4 dactilografadas ou digitadas.
4. Nenhum candidato pode fazer parte de mais do que uma lista de candidatura e de mais do que um cargo.

Artigo 5º - Convocatória da Assembleia Geral Eleitoral

1. A Assembleia Geral Eleitoral é convocada pelo Presidente da Mesa ou quem o substitua nas faltas ou impedimentos, por correio normal dirigido aos associados efectivos, com a antecedência mínima de quinze dias de calendário a contar da data da expedição postal do aviso convocatório.
2. O aviso convocatório é acompanhado por:

- a) Boletins de voto com a composição das listas candidatas;
 - b) Os resumos das linhas programáticas;
 - c) Boletim de identificação a ser utilizado pelos associados que desejem votar por correspondência.
3. Do aviso convocatório constará obrigatoriamente:
- a) Indicação do dia, hora e local da realização da Assembleia Eleitoral;
 - b) Ordem dos trabalhos;
 - c) Indicação de que a Assembleia, se não houver quórum estatutário à hora marcada para o seu início, reunirá trinta minutos depois com a presença de qualquer número de associados.

Artigo 6º - Votação por correspondência

Os associados que desejem votar por correspondência devem devolver o boletim de voto da lista em que pretendem votar, dobrado em quatro com o lado impresso para dentro, inserido em envelope fechado que, acompanhado do boletim de identificação do associado, deve ser recebido na sede da ANDAR até à véspera do dia marcado para a realização da Assembleia.

Artigo 7º - Acto eleitoral

1. Compete à Mesa da Assembleia Geral dirigir os trabalhos do acto eleitoral.
2. Os eleitores presentes devem assinar o caderno eleitoral em frente ao respectivo nome sendo a sua identificação feita nos moldes habituais.
3. A votação faz-se por voto directo e secreto, com introdução em urna do boletim de voto relativo à lista em que se pretende votar.
4. Aberta a Assembleia, devem ser primeiramente introduzidos na urna, sob supervisão do Presidente da Mesa, os votos recebidos por correspondência, descarregados os nomes dos votantes e guardados os boletins de identificação que ficarão juntos ao caderno eleitoral.
5. Cada candidatura pode designar um delegado para acompanhamento e fiscalização das operações eleitorais.
6. Os associados que não sejam cumulativamente associados efectivos poderão assistir às sessões sem direito a voto.

Artigo 8º - Apuramento dos resultados

1. Terminado o acto eleitoral é feito imediatamente o apuramento dos resultados e anunciada a lista vencedora.
2. Os resultados são apurados por maioria simples dos votos expressos.
3. De tudo o que se passar na sessão é lavrada acta que, lida e aprovada, é assinada pelos membros da Mesa e arquivada juntamente com a relação das presenças.
4. Qualquer associado presente com direito a voto pode pedir a impugnação do acto eleitoral ou dos resultados, com fundamento, explicitado por escrito, em violação da lei ou dos estatutos da ANDAR.
5. A Assembleia tem poderes para decidir, por maioria simples, da admissibilidade dos pedidos de impugnação.

Artigo 9º - Posse

1. Os novos membros dos Órgãos Sociais tomarão posse dos respectivos cargos, conferida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral cessante, ou na sua ausência ou impedimento por quem o substitua, até final da primeira quinzena de Janeiro do primeiro ano de mandato.

2. Se por efeito de qualquer circunstância impeditiva, designadamente ocorrência de caso de força maior, a posse não for conferida dentro do prazo previsto no número anterior, considera-se prorrogado o mandato em curso até à efectivação da tomada de posse dos novos membros.

(Regulamento Eleitoral Interno da ANDAR aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de sete de Janeiro de 2006)